

**MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR/
MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU**

Os Tribunais Internacionais e o Mar

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professora Doutora Sofia Santos e Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

Semestre: 2.º

ECTS: 4

Horas de contacto: 2 horas semanais

Contacto do docente: vasco.weinberg@fd.unl.pt

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

Uma das características do Direito Internacional contemporâneo é a profusão de tribunais internacionais. O Direito Internacional do Mar constitui exemplo paradigmático deste fenómeno. Ao contrário do Tribunal Internacional de Justiça, cuja competência está dependente da aceitação voluntária da sua jurisdição pelos Estados, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982) adotou um sistema compulsório de resolução de litígios emergentes da aplicação das suas normas que permite a intervenção concorrente do Tribunal Internacional do Direito do Mar, do Tribunal Internacional de Justiça e de tribunais arbitrais. A disciplina “Os Tribunais Internacionais e o Mar” tem como objetivo compreender como funciona e se articula este multifacetado sistema jurisdicional. Enfoque particular será dado aos temas da competência, admissibilidade, medidas cautelares, direito aplicável e efeitos das sentenças em cada um destes *fora* judiciais. No final do semestre, os estudantes serão capazes de identificar tendências na aplicação do Direito Internacional do Mar e as particularidades de cada tribunal internacional.

3 – PROGRAMA

1. Mecanismos tradicionais de resolução jurisdicional de litígios
 - 1.1. O Tribunal Permanente de Justiça Internacional
 - 1.2. Remissão: tribunais arbitrais e o Tribunal Internacional de Justiça

2. O sistema de resolução de litígios na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
 - 2.1. Mecanismos de resolução de litígios por meios pacíficos
 - 2.2. Procedimentos compulsórios de resolução de litígios
 - 2.2.1. O Tribunal Internacional de Justiça
 - 2.2.1.1. Competência, admissibilidade, medidas cautelares e efeitos das sentenças
 - 2.2.2. O Tribunal Internacional do Direito do Mar
 - 2.2.2.1. Particulares do procedimento judicial
 - 2.2.3. O Tribunal Permanente de Arbitragem

3. Estudos de caso

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Exame escrito.

5 – BIBLIOGRAFIA

Almeida Ribeiro, Manuel, e Pereira Coutinho, Francisco, *Jurisprudência Resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, D. Quixote, 2016

Ando, Nisuke, “The Permanent Court of Arbitration”, R. Wolfrum (ed.), *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, 2006

Bacelar Gouveia, Jorge, *Manual de Direito Internacional*, 5ª ed., Almedina, Coimbra, 2017

Burgt, Nienke van der, “The 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea and its Dispute Settlement Procedure”, in *Griffin's View on International and Comparative Law*, 6, 1, 2005, pp.18-34

Chandrasekhara Rao, P. e Rahmatullah Kahn (ed.), *The International Tribunal for the Law of the Sea*, Kluwer Law International, 2001

Costa e Silva, Paula, “A resolução de controvérsias na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Guedes*, Coimbra Editora, 2004

Hong, Nong, *UNCLOS and Ocean Dispute Settlement: Law and Politics in the South China Sea*, Routledge, 2012

Hout, Tjaco van den, “Resolution of International Disputes: the Role of the Permanent Court of Arbitration – Reflections on the Centenary of the Convention for the Pacific Settlement of International Disputes”, *Leiden Journal of International Law*, 21, 2008, pp. 643-661

Mansah, Thomas A., “The Dispute Settlement Regime of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea”, *Max Planck Yearbook of United Nations Law*, 2, 1998, pp. 307-323

Pereira, Maria de Assunção do Vale, As vias de resolução de conflitos na Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, *Separata Revista Jurídica da Universidade Portucalense* 7, Universidade Portucalense, 2001, pp. 45-77.

Rayfuse, Rosemary, “The Future of Compulsory Dispute Settlement Under The Law of the Sea Convention”, *Victoria University of Wellington Law Review*, 36, 4, 2005, pp. 683-712

Rothwell, DR, “The Contribution of ITLOS to Oceans Governance Through Marine Environmental Dispute Resolution”, Tafsir Malick Ndiaye, Rüdiger Wolfrum e Chie Kojima (eds.), *Law of the Sea, Environmental Law and Settlement of Disputes: Liber Amicorum Judge Thomas A. Mensah*, Martinus Nijhoff Publishers, 2007, pp. 1007-1024

Thirlway, Hugh, “The International Court of Justice 1989-2009: At the Heart of the Dispute Settlement System”, *Netherlands International Law Review*, 57, 2010, pp. 347-395.

Treves, Tulio, “The Law of the Sea Tribunal: Its Status and Scope of Jurisdiction after November 16, 1994”, *ZÖRV*, 55, 1995, pp. 421-451

Zekos, Georgios I., “Competition or conflict in the dispute settlement mechanism of the Law of the Sea Convention”, *Revue Hellénique de Droit International*, 2003, pp. 153-165

Zimmermann, Andreas, Tomuschat, Christian e Oellers-Frahm, Karin (eds.), *The Statute of the International Court of Justice. A Commentary*, Oxford University Press, 2006

6 – LEGISLAÇÃO

Bacelar Gouveia, Jorge, *Textos Fundamentais de Direito Internacional Público*, Almedina, Coimbra, 2017

7 – JURISPRUDÊNCIA

Almeida Ribeiro, Manuel de, e Pereira Coutinho, Francisco, *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, D. Quixote, Lisboa, 2016